

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 4.445, DE 2001

Dispõe sobre a proibição , fabricação e comercialização de produtos, de qualquer natureza, destinados ao público infanto-juvenil, reproduzindo a forma de cigarro e similares.

Autor: Deputado Rubens Furlan

Relator: Deputado Elias Murad

I - RELATÓRIO

A proposição em tela proíbe a importação, a fabricação e a comercialização de produtos, que reproduzam a forma de cigarro ou similares, direcionados às crianças e aos jovens.

Prevê a multa de R\$. 5.000,00 a R\$ 100.000,00 para as infrações, na conformidade da capacidade econômica do infrator.

Em sua justificativa, destaca a importância em se preencher a lacuna deixada pela Lei 10.167/00, que embora tenha reduzido as possibilidades de propaganda pela indústria tabagista, não deixou clara a proibição de se fabricar produtos com forma de cigarro ou similar.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Cabe a esta Comissão decidir conclusivamente sobre a matéria, nos termos do art. 24, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

II - VOTO DO RELATOR

Os avanços na luta contra o tabagismo têm sido notáveis. Merece destaque nesse processo a Lei 10.167/00, que impôs sérias restrições à propaganda de cigarros no País.

Muitas de nossas reivindicações apresentadas nesta Casa foram incorporadas ao texto desta nova lei. Uma de nossas bandeiras era a de proibir a venda ou fornecimento para crianças ou adolescentes de produtos fumíferos derivados ou não do tabaco.

Desde sempre, denunciemos a estratégia nefasta da indústria tabagista de induzir os mais jovens ao vício.

O PL 2.263, de 1996, de nossa autoria, apresentava uma série de dispositivos voltados a proteger as crianças e os jovens em geral contra os males do fumo. Parte de sua proposta foi absorvida pela referida lei. Por sua vez, a proibição de se fabricar chocolates, balas, doces, e qualquer outro produto alimentício, bem como brinquedos que imitassem o cigarro ou seu maço passa a ser abrangida, de forma mais genérica, pela proposição que ora apreciamos.

Sem dúvida, devemos fechar todos os caminhos que poderiam permitir que as empresas do tabaco voltassem a atacar as crianças e adolescentes de nosso País.

Entendemos, com a aprovação desta proposição, estar restringindo ainda mais o campo de manobra das grandes indústrias do fumo.

Devemos estar sempre vigilantes, apresentando novos dispositivos legais para cobrir possíveis lacunas e, principalmente, exercendo uma intensa fiscalização para o devido cumprimento da legislação em vigor.

Diante do exposto, pela relevância da matéria, manifestamos nosso voto favorável ao PL 4.445, de 2001.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado Elias Murad
Relator